

DIREITO E ESTÉTICA

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ESTÉTICA

O presente estudo foi elaborado para que se tenha uma visão ampla sobre a regulamentação da profissão de Estética, objetivando a divulgação da norma que estabelece a ética, direitos e obrigações. O intuito é que Técnicos em Estética, Tecnólogos em Estética e Esteticistas (que também, preparam-se para adentrar no mundo acadêmico), possam em união, desfrutar dessa conquista que por muitos anos, esteticistas de todo Brasil, lutaram pelo reconhecimento da profissão.

A sociedade sempre buscou o mundo da estética, seja para o embelezamento, seja para dar continuidade aos tratamentos dos pós-operatórios, seja por compartilhar com o profissional de Estética momentos de tristeza e de alegrias, de dúvidas, de angústias e ansiedades. Em verdade, a relação entre profissional e cliente, tornou-se muito forte, criando-se um vínculo de afeto, responsabilidade e respeito, ou seja, a estética vem adquirindo um novo conceito, não apenas na visão do “embelezamento”, mas como junção entre a imagem pessoal e a sensibilidade em lidar com os sentimentos de seus clientes, em síntese; a relação deve ser sincera, principalmente em se tratando de um ser humano, que, em algumas situações, está sensível e desorientado, buscando compreensão e refúgio para seus problemas.

Procurando o melhor em tecnologia e no atendimento, a Estética ramifica-se criando novos ramos que valorizam a especificidade da área, como por exemplo; os pré e pós-operatórios de cirurgia plástica/estética, Drenagem Linfática Manual, eletroterapia, estética facial, estética corporal, terapia capilar entre outras.

Quanto aos direitos adquiridos por profissionais de Estética, pode-se afirmar que a estética ganha força total no mundo do Direito, o que é legitimado através da regulamentação da profissão e que permite legalmente aplicação de técnicas e eletroterapia na estética, que por muitos anos esteticistas já dominavam a técnica e, que estavam ameaçados de perder história de lutas, de perseverança, de conduta honrosa e digna, dando mérito às decisões de nossos governantes, por decidirem positivamente sobre a regulamentação da profissão, sendo a mesma, uma das mais antigas na sociedade brasileira e no mundo. Esse movimento não foi em vão, pois o congresso nacional decreta a regulamentação das profissões de Técnico em Estética e Tecnólogo em Estética, garantindo por Lei a formalização do diploma em Instituições, através do MEC.

Surge o Direito para legitimar a proteção para o esteticista, no entanto, quando adquire-se Direitos, as obrigações também surgem e a responsabilidade cresce, portanto, deve o profissional cumprir com sua responsabilidade e garantir assim, o direito à segurança, o direito da igualdade, o direito da dignidade da pessoa humana, direitos esses que a Lei garantirá ao profissional, entre outros direitos que rege a nossa constituição Brasileira. Só conhecimento não basta, o importante é praticá-lo com clareza, sensatez e competência, buscando a cada dia informações sobre o modo de agir, da conduta, da ética, distinguindo o lícito do ilícito, de forma que nenhuma pessoa ou órgão tenha o poder de acusá-lo de um ato impróprio. Ao contrário, responderá pelo ato ilícito, por não cumprir os requisitos da Lei. Se a lei diz para não fazer e assim mesmo o faz, nesse momento assume toda a responsabilidade do ato cometido.

1.1 ÉTICA E ORDEM JURÍDICA

A Ética é uma ciência que busca a compreensão do comportamento humano, analisa a conduta do homem através dos costumes, dos valores e de suas crenças. É nesse contexto que a ética analisa as ações do homem para melhor orientá-lo. Há momentos em que o homem precisa tomar decisões e muitas vezes torna-se um momento muito difícil, principalmente quando o homem precisa julgar o seu próximo, então, o que vai realmente interferir nesse julgamento são os meios e modo que esse homem foi ensinado, e conduzido à sociedade, portanto, é fundamental a **atitude**, pois é com ela que se irá discernir no que é justo ou injusto, no que é bom ou mau. Aristóteles pronunciou que o homem é um ser racional, se refletirmos neste ponto, pode-se entender que isso faz do homem um ser diferente do animal, esta é uma das características do ser humano, pois o homem pode pensar, decidir e escolher. E o que dizer da moral?

Moral se compreende por um conjunto de normas e condutas que controlam o comportamento do homem, são regras impostas pela sociedade para estabelecer a ordem e os princípios fundamentais do ser humano. O ser humano precisa de disciplina, para que haja respeito e solidariedade entre a comunidade. THOMAS HOBBS dizia que a natureza do homem é má e egoísta. Para HOBBS, o homem sempre será o lobo do próprio homem, precisa do Estado para controlá-lo e manter a ordem.

Quando nos deparamos com a expressão de HOBBS, no primeiro momento surge um efeito de crueldade à pessoa humana pela expressão do autor, porém; essa expressão identifica o desinteresse do próprio homem por sua espécie, afirmado que o homem é capaz de destruir seu próximo, não medindo esforços para

conseguir seus objetivos. É nesse sentido que HOBBS acredita que o homem precisa ser dominado, e que o Estado é o meio para controlar o impulso da maldade do ser humano. Através dessa análise, pode-se entender o “Porquê” do nascimento da Norma Jurídica, para impor a Lei. A Norma Jurídica é o controle social, ela nasceu dos costumes e valores de uma sociedade, estabelecendo as relações humanas, a ordem e a organização da comunidade.

Para que haja uma organização é preciso que exista uma doutrina coercitiva para impor regras, deveres e direitos, e assim, compreender porque nasceu o Direito na sociedade, visto que ele exerce força coercitiva que garante a ordem social através do Estado, o Direito surgiu para controlar, corrigir e fazer com que a LEI seja cumprida.

A História vem mostrando mudanças na sociedade através do comportamento e do entendimento do homem, o que teve como consequência, uma transformação na conduta humana, estabelecendo no mundo atual, novas regras. É evidente que no passado havia situações que para aquela sociedade eram ilícitas, mas com o passar dos séculos, deixou de ser ilícitas tornando-se lícitas, formando assim, uma nova sociedade .

Nasce então métodos na sociedade para disciplinar, corrigir, controlar o comportamento do cidadão, nesse sentido surgiu o Direito, para que se faça justiça, dando ao homem também o direito à defesa. O Direito impõe as obrigações e deveres de forma que os indivíduos cumpram a LEI sem ter que sofrer uma ação coercitiva da força social organizada. Portanto, sabemos que não existe Direito sem a sociedade, nem sociedade sem o direito (*Ubi Societas, ibi jus*). O Direito é fundamental na vida do ser humano.

1.1 ESTÉTICA E REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A Constituição Federal Brasileira é a Lei suprema outorgada à nação, pela vontade soberana do povo, por meios de seus representantes escolhidos. A constituição é expressa e costumeiras(não escrita), no sentido de Direito público e supremo, designa normas fundamentais, tendo por finalidade estabelecer todas as formas necessárias para delimitar a competência dos poderes públicos, impondo as regras de ação das instituições públicas, e as restrições que devem ser adotadas para garantia dos direitos individuais. DE PLÁCIDO E SILVA (2008).

1.2 FEDERAÇÃO

Segundo Plácido Silva, a Federação é empregado na técnica do Direito Público, representada como a união indissolúvelmente instituída por Estados independentes ou da mesma nacionalidade para a formação de uma só entidade soberana. Portanto, pode-se entender que tudo que está relacionado na Federação, refere-se ao Estado soberano, “federal”, e às coletividades públicas unidas na federação tem referencia “federado”.

1.3 A FEBRAPE – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS PROFISSIONAIS

ESTETICISTAS .

A FEBRAPE é uma entidade que surgiu com o intuito de unificar as associações de Esteticistas e representá-las diante dos governos, instituições e entidades que a representasse à toda sociedade brasileira, desde que estejam todas regulamentadas e reconhecidas legalmente. A Federação sobre poderes

legais objetiva o nascimento da ética, dos valores, da moral da classe organizada, tendo por incentivo o movimento cidadania e responsabilidade social.

Segundo Rosângela Façanha, presidente da FEBRAPE, a Federação desenvolve um canal de comunicação com os poderes; Executivo, Legislativo e judiciário.

2 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ESTÉTICA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROJETO DE LEI Nº 595 , DE 2003

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Técnico de Estética e de Tecnólogo em Estética.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei visa regulamentar as profissões de Técnico em Estética e de Terapeuta Esteticista. (Tecnólogo em Estética).

Art. 2º O exercício das profissões de Técnico de Estética é privativo:

I – dos portadores de diploma do Curso de Formação de Estética Facial e Corporal, no caso do Técnico de Estética;

II – dos portadores de diploma de Nível Superior de Tecnologia em Estética, no caso do Terapeuta Esteticista;

III – dos que até a data da publicação desta lei tenham comprovadamente exercido a atividade de Esteticista por mais de cinco anos.

Art. 3º Compete ao Técnico de Estética atuar na área de estética facial e corporal mediante as seguintes atividades:

I – análise e anamnese da pele;

II – limpeza de pele profunda;

III – tratamento de acne simples com técnicas cosméticas;

IV – tratamento de manchas superficiais de pele;

V – procedimentos pré e pós cirúrgicos como drenagem linfática, eletroterapia facial, massagens relaxantes e aplicação da cosmetologia apropriada;

VI – auxílio ao médico dermatologista e cirurgião plástico nos tratamentos pós procedimentos dermatológicos, bem como pré e pós operatórios em cirurgia plástica;

VII – auxílio aos setores de dermatologia em ambulatórios hospitalares dos centros de tratamento de queimaduras na recuperação de pacientes queimados;

VIII – esfoliação corporal, bandagens, massagens cosméticas, banhos aromáticos e descoloração de pêlos;

IX – drenagem linfática corporal;

X – massagem mecânica, vacuoterapia;

XI – eletroterapia geral para fins estéticos;

XII – depilação eletrônica.

Art. 4º Compete ao Tecnólogo em Estética:

I – a direção, a coordenação, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas à Estética Facial e Corporal;

II – o treinamento institucional nas atividades de ensino e de pesquisa na área de Estética Facial e Corporal;

III – a auditoria, a consultoria e a assessoria sobre cosméticos e equipamentos específicos de estética;

IV – o gerenciamento de projetos de desenvolvimento de produtos cosméticos e serviços correlacionados à Estética;

V – a elaboração de informes, de pareceres técnicos científicos, de estudos, de trabalhos e de pesquisas mercadológicas ou experimentais relativos à Estética e à

Cosmetologia;

VI – a atuação em equipes multidisciplinares dos estabelecimentos de saúde quanto aos procedimentos de dermatologia e de cirurgia plástica.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2003.
Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente

3 ÉTICA PROFISSIONAL DO ESTETICISTA

A nossa constituição Federal é clara quando proibi a discriminação religiosa, social, racial e política. Devendo o Estetista atender seus clientes sem restrições, mantendo uma posição solidária e humana. É inescusável que o esteticista não conheça o código de ética do esteticista e desconheça a Constituição Brasileira, devendo o profissional obter conhecimento do que a Lei proibi para somente de posse desse conhecimento ter segurança e domínio para fazer o atendimento. O esteticista deve está habilitado em curso técnico em Estética ou superior em Tecnologia em Estética, para que tenha permissão em assumir a profissão. Sendo assim, o profissional de Estética assume responsabilidade perante o Estado e a FEBRAPE, devendo ter capacidade de atuar em sua ação prática no manuseio de cosméticos específicos e equipamentos relacionados a estética, bem como; conhecimento de anatomia e fisiologia da pele.

Para um bom profissional , deve-se atualizar em conhecimentos técnicos e científicos, apresentar-se zelosamente, ter atitude honrosa, resguardando os interesses dos clientes sem prejuízo da dignidade. A avaliação em anamnese estética do cliente é fundamental para a indicação de procedimentos estéticos, de

acordo com cada tipo e alteração de pele . Para a recuperação da pele, o profissional deve executar todas as técnicas existentes na tecnologia estética, desde que seja adequada e reconhecida cientificamente. É fundamental para um bom desempenho que o ambiente de trabalho esteja padronizado conforme exigência da vigilância sanitária, e que o esteticista tenha domínio a técnica no manuseio dos equipamentos eletro-estético ao aplicá-los em seus clientes. É essencial que possua agilidade, coordenação motora, percepção, paciência, hábitos de higiene de si mesmo e do ambiente.

3.1 ESTÉTICA E O CÓDIGO PENAL

Das lesões corporais

É vedado ofender a integridade corporal ou saúde de outrem, sob pena aplicada nos rigor da lei. segundo o artigo 129 CP.

É PROIBIDO POR LEI

- o esteticista anunciar cura seja da pele ou outras enfermidades;
- usar títulos que não possua que não foi habilitado- especializações;
- praticar atos de deslealdade com o colega de profissão e seus clientes,
- prescrever medicamentos
- injetar substâncias ou praticar atos cirúrgicos
- publicar trabalhos científicos sem citar bibliografias;
- o profissional de estética deve fazer cumprir a LEI, sobre o risco de ser responsabilizado pelo ato cometido. Responderá administrativamente e em caso de lesão corporal, responderá criminalmente.

3.2 ESTÉTICA E DIREITOS ADQUIRIDO POR LEI

É legitimado ao profissional de estética devidamente formado em cursos Técnicos e de Tecnologia superior o exercício de:

- a técnica de Drenagem Linfática Manual
- pré e pós-cirúrgico e ademais procedimentos estéticos
- ultra-som estético
- endermoterapia
- vacuoterapia
- equipamentos em geral relacionado a estética
- honorários
- direito a recursos judiciais mediante advogados
- adquirir centro de estética
- centro de beleza
- estabelecimento direcionado á estética.

3.3 Ambiente de Trabalho

O ambiente de trabalho deve ser calmo e silencioso para proporcionar relaxamento ao cliente.

O cliente deve estar confortavelmente instalado e , no caso da drenagem linfática manual da face, a maca estará levemente erguida para que a gravidade auxilie na drenagem. A pele deve estar completamente limpa, sem cosméticos que poderiam dificultar o tato e provocar o deslizamento dos dedos sobre ela, o que não deve ocorrer. Em alguns casos, como os de acne e pós-cirurgia plástica, a

drenagem pode ser aplicada sobre compressas de gaze umedecidas em soro fisiológico.

11

CONCLUSÃO

PROF. DR. ALBERT LEDUC – UNIVERSIDADE BÉLGICA – DISCÍPULO DE VODDER

Ao aprofundar meus conhecimentos “pessoalmente” com prof. Dr. ALBERT LEDUC, certifiquei-me de que a DLM¹ vem sendo acoplada por muitos nomes que formalizam uma nova versão, em verdade, vem trazendo grande confusão aos iniciantes da terapia e até mesmo para muitos profissionais que atuam há muitos anos. Sinto-me honrada ao transmitir a todos que ansiosamente buscam aprofundar suas pesquisas através desse manual específico. Digo vos em verdade, aquele que pretende ingressar na área da Estética, deve estar sempre em consonância com a Lei, com o interesse social e a verdade, lembrando, que a humildade e a ética, é o segredo para alcançar o sucesso.

Ao investigar a verdade, deve-se absorver mais profundamente o conhecimento, para que de posse deste conhecimento tenha segurança no proceder de forma correta ao aplicar a técnica da DLM, discernindo em cada caso específico. È inescusável o fato de não se conhecer o trajeto linfático, bem como a circulação artério-venosa e suas funções, pois somente de posse desse conhecimento, se obtém condições para efetuar com precisão a DLM no pós-operatório e aos atendimentos à gestantes.

Albert Leduc, prof. Dr. Da Universidade de Bruxelas-Bélgica vem conduzindo seus discípulos ao profundo conhecimento na especificidade da fisiologia linfática.

1 Drenagem Linfática Manual

Para LEDUC, não basta definir a drenagem linfática apenas como mais uma massagem ou diversificá-la para atrativos e recursos econômicos. Não se pode simplesmente aplicar as variadas técnicas de massagens e afirmar ser drenagem

12

linfática manual. Compreende-se que o sistema linfático é um mecanismo e seu funcionamento é unidirecional, apenas uma só direção, em sentido a pequena circulação(o coração).

Leduc em sua seriedade profissional busca a melhor formação para seus discípulos, introduzindo a verdade sobre a drenagem linfática manual, esta deve estar em consonância com a fisiologia humana que dará sustentação para o conhecimento do sistema linfático e a eficácia da técnica da DLM. Portanto, busquem o aprofundamento do conhecimento, a base científica e com certeza terão a conclusão do que é a “verdade”.



Janaína Tissi

Pós-Graduada em Fisiologia do Exercício
Profa. Especialista do Curso Superior de Tecnologia em Estética.
Esteticista especialista em Drenagem Linfática diplomada pelo prof. Dr. LEDUC

REFERÊNCIAS

COTRIM GILBERTO. **Fundamentos da Filosofia**, 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA. DE PLÁCIDO. **Vocabulário Jurídico Conciso**, 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

LEDUC. A; LEDUC O . **Drenagem Linfática Teoria e Prática**, 3ªed. São Paulo: Manole, 2007.

GIRARDI, L; QUADROS,O J de. **Filosofia**. 13 ed. Porto Alegre: Acadêmica, 1988.

SANTOS; M ; F dos. **Teoria do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Editora e Livraria Logos, 1956.

TISSI JANAINA F, R **Drenagem Linfática Manual Pré e Pós-Operatória de Cabeça e Pescoço**: 9º Congresso Brasileiro de Clínica Médica, Curitiba 2007.

TISSI, JANAINA DE FÁTIMA RODRIGUES. 1969 Drenagem Linfática. Acervo UFPR, 2005.

TISSI J. F.R. **DLM Pré e Pós-Operatório de Cabeça e Pescoço**, Revista Personalité, São Paulo, 2008.

SITES:

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp

<http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp>

http://www.opet.com.br/comum/paginas/arquivos/artigos/DRENAGEM_LINFATICA_MANUAL_POS-OPERATORIA_NA_ODONTOLOGIA.pdf.Tissi Janaína